

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DE UM PROGRAMA DE ADAPTAÇÃO
CURRICULAR INDIVIDUALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, COM
BASE NA ANÁLISE PRELIMINAR DAS CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES
ACERCA DA INCLUSÃO EM CLASSES COMUNS

*EVALUATION OF THE EFFECTIVENESS OF AN INDIVIDUALIZED CURRICULUM
ADAPTATION PROGRAM FOR STUDENTS WITH DISABILITIES, BASED ON THE
PRELIMINARY ANALYSIS OF THE TEACHERS' CONCEPTIONS ABOUT INCLUSION
IN COMMON CLASSES*

Brite, R. B. ¹; Felício, A. L. C. S. ²; Fonseca, E. S. ³;
Nascimento, V. S. ³; Jardim, A. C. T. R. ³

¹ Universidade Estácio de Sá – UNESA - RJ - RJ

² Sala de Recursos de Duque de Caxias – RJ - Brasil

³ Universidade Estácio de Sá – UNESA – Rio de Janeiro - RJ

Resumo

O artigo visa avaliar a eficácia de um programa de adaptação curricular individualizado, realizado coletivamente por professores do ensino comum e da sala de recursos, com base nos resultados de suas próprias concepções e em função das dificuldades e das necessidades de apoio sinalizadas pelos mesmos. Para tanto, foram desenvolvidas as seguintes hipóteses: a percepção dos professores com relação à inclusão de alunos com deficiência em classes comuns colaboraria para diferentes ações educativas; a estruturação de um programa de adaptação curricular individualizado possibilitaria uma reflexão diferenciada acerca das potencialidades do aluno com deficiência em classes comuns. Foram desenvolvidas duas etapas, a análise descritiva da literatura e a avaliação empírica, que se constituiu como pesquisa exploratória descritiva. Configurou-se uma entrevista semiestruturada e os participantes foram 9 professores de classes comuns de uma escola municipal de Duque de Caxias. Houve aspectos que se destacaram, como a necessidade de formação continuada dos professores, com foco nas diferentes deficiências, a questão do profissional de apoio e da sala de recursos e o fato das políticas públicas considerarem o processo inclusionista como algo extremamente simples, minimizando as adaptações necessárias. Com base nos resultados, foram avaliadas as necessidades referentes à estruturação de um programa de adaptação curricular.

Palavras-Chave: concepções de professores; adaptação curricular; alunos com deficiência; ensino comum.

Abstract

The article aims to evaluate the effectiveness of an individualized curriculum adaptation program, carried out jointly by teachers of the common teaching and the resource room, based on the results of their own conceptions and the difficulties and the support needs signaled by them. For that, the following hypotheses were developed: the teachers' perception regarding the inclusion of students with disabilities in common classes would collaborate for different educational actions; the structuring of an individualized curriculum adaptation program would allow for a differentiated reflection about the potentialities of

the disabled student in common classes. Two steps were developed, the descriptive analysis of the literature and the empirical evaluation, which constituted as descriptive exploratory research. A semi-structured interview was set up and the participants were 9 common class teachers from a municipal school in Duque de Caxias. There were aspects that stood out, such as the need for continuous teacher training, focusing on the different deficiencies, the question of the support professional and resource room, and the fact that public policies consider the inclusionist process as extremely simple, minimizing the adaptations needed. Based on the results, the needs related to the structuring of a curricular adaptation program were evaluated.

Keywords: *teacher conceptions, curricular adaptation, students with disabilities, common teaching.*

Introdução

A inclusão de crianças com deficiência em escolas comuns depende, entre outras coisas, das concepções percebidas nos professores em relação ao processo de inserção desses alunos nas instituições de ensino, levando em consideração como eles percebem a viabilidade e a eficácia de um processo de adaptação curricular individualizado para esses alunos. Para tanto, o presente artigo busca refletir sobre as ações pedagógicas desenvolvidas pelos educadores, através de um trabalho qualitativo de reflexão acerca das colocações desses profissionais que trabalham com classes comuns e com a sala de recursos, sobre o processo de adaptação curricular, assim como, possibilidades e dificuldades percebidas por eles. Desse modo, foi realizada uma entrevista semiestruturada acerca das concepções dos professores sobre a inclusão de crianças com deficiência em classes comuns, levando em consideração ações didáticas adaptadas realizadas através de um trabalho conjunto entre professores das classes comuns e docentes da sala de recursos, buscando o aprimoramento constante do processo de inclusão.

Segundo Santos e Barbato (2006), os indivíduos se apropriam de novos conceitos a partir de suas experiências em relação às influências históricas e culturais provenientes da sociedade. Sendo assim, estes autores acreditam ser primordial desenvolver pesquisas acerca das concepções que os professores desenvolveram em relação à participação dos alunos com diferentes deficiências, nas várias etapas da escolarização.

De modo a fundamentar o presente projeto, foram utilizadas as definições propostas por Bueno (1999) acerca dos conceitos de integração e de inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar. Para este autor, a partir da fundação do Centro Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1974, estruturou-se uma visão de integração onde se preconizava que os alunos com deficiência deveriam ser avaliados de acordo com as

suas capacidades pessoais, a fim de serem incorporados em classes comuns das escolas de ensino regular, desde que o professor possuísse suporte, orientações e materiais necessários, para dar atendimento especial a esse grupo de educandos.

Contudo, segundo Bueno (1999), existe diferença conceitual entre os termos integração e inclusão, não sendo possível simplificar o conceito de inclusão ao fato de analisá-lo como uma representação moderna do processo de integração. Para este autor, o processo de integração refere-se ao fato de se considerar como fator de inserção as características individuais, desconsiderando uma visão crítica acerca das instituições escolares, enquanto a inclusão faz alusão à necessidade de modificação nas instituições e na preparação dos docentes, buscando as diferenças como possibilidades e não como limitações. Dessa forma, o autor sustenta que a simples inserção não garante a adequação das condições para a inclusão, nem preconiza ações efetivas de valorização das potencialidades nos alunos que deveriam ser incluídos plenamente.

Em função desses dados, foram revisados artigos recentes sobre o tema, além dos clássicos, de modo a identificar os objetivos, os métodos, os resultados encontrados e as implicações desse conhecimento produzido para o processo de inclusão nas escolas e para as mudanças de atitudes dos professores frente à deficiência (MANTOAN, 2015; MUSIS & CARVALHO, 2010; BRITE, NUNES SOBRINHO & CASTELÕES, 2010; LERO, 2010; FRANÇA & PAGLIUCA, 2009; PELOSI & NUNES, 2009; PLETSCH, 2009; CARVALHO-FREITAS, 2009; ÁVILA, TACHIBANA & VAISBERG, 2008; MONTEIRO & MANZINI, 2008; NUNES & NUNES-SOBRINHO, 2007; GLAT & BLANCO, 2007; SILVEIRA & NEVES, 2006; GLAT & FERNANDES, 2005; MANTOAN, 2004; JANNUZZI, 2004; DANELON, 2003; BUENO, 1999).

A validade social deste artigo converge para a possibilidade de oferecer resultados que favoreçam a melhoria da prática cotidiana de professores frente à diversidade, possibilitando não só a quebra de paradigmas construídos historicamente, mas também, instituindo subsídios para que repensem suas concepções sobre a inclusão de alunos com deficiência, levando-os a estruturarem novas e melhores práticas pedagógicas direcionadas para o desenvolvimento holístico desse grupo especial. Reflexões sobre diversidade e acessibilidade têm se tornado alvo de destaque nas discussões que envolvem o cotidiano escolar, principalmente, no que se refere à adequação das práticas pedagógicas para a efetivação do processo de inclusão de alunos com deficiência em classes comuns. Segundo Nunes e Nunes Sobrinho (2007), a acessibilidade se fundamentou como uma das mais antigas e legítimas reivindicações das pessoas com deficiência, entretanto, de acordo com esses autores, ela não pode ser analisada apenas como

uma minimização das barreiras arquitetônicas, mas como forma de possibilitar igualdade de oportunidades e superação de preconceitos e estigmas.

Diante disso, a análise das concepções historicamente construídas associada ao aprimoramento de um programa de adaptação curricular individualizado tornam-se relevantes, pois as mudanças necessárias no comportamento se manifestam, segundo Devinney, Yip e Johnson (2009), devido à falta de clarificação teórica e à ausência de consciência metodológica na formulação dos constructos usados para o desenvolvimento de paradigmas.

A cultura disseminada pelas escolas, em variadas circunstâncias, não corresponde, efetivamente, às práticas pedagógicas, algo que poderia ser explicado pela falta de atividades voltadas para a educação continuada dos professores frente ao que se encontra nas tarefas prescritas. Dessa forma, as concepções dos professores sobre o processo de inclusão acabam indo de encontro aos objetivos propostos pelas instituições de ensino e pela legislação vigente.

As diferentes concepções sobre deficiência e as repercussões destas sobre os processos inclusionistas realizados nas escolas se manifestam de variadas formas no contexto contemporâneo. Para tanto, verifica-se a necessidade de se instituir leis que favoreçam a inserção de alunos com deficiência em classes comuns ou mesmo que reforcem os direitos desses indivíduos na sociedade. Dentre alguns documentos que contribuíram para o processo de inclusão pode-se ressaltar o Decreto 6949/09 que fortaleceu os direitos humanos da pessoa com deficiência; a publicação da Convenção dos Direitos da Criança, na década de 90, que estimulou o compromisso social com a criança e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) que serviu como um passo importante para a implementação de políticas públicas e ações voltadas para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Além dos referidos documentos e com a edição do Decreto nº 3.298/99, pelo Governo Federal, iniciou-se uma movimentação mais intensa em torno das políticas públicas inclusionistas, favorecendo a inserção das pessoas com deficiência em todas as esferas da vida em sociedade.

Contudo, apesar de se verificar uma intensa luta no que diz respeito à pessoa com deficiência, muitas vezes, o processo inclusionista fica limitado à simples inserção do aluno em classe comum, quando, na verdade, deveria vir acompanhada de ações estruturadas que propusessem, entre outras medidas, a adequação do ambiente no que diz respeito à acessibilidade, à estruturação das aulas com adequação do conteúdo e da metodologia às diferentes deficiências (baseando o trabalho através do apoio de uma equipe multidisciplinar), além do apoio ao trabalho do professor por profissionais capacitados e pela própria equipe diretiva (ÁVILA, TACHIBANA & VAISBERG, 2008; MONTEIRO & MANZINI, 2008; SILVEIRA & NEVES,

2006; GLAT & FERNANDES, 2005; MANTOAN, 2004). Para tanto, além das modificações estruturais a revisão de artigos científicos sobre o tema demonstrou que as concepções manifestadas por pais e professores acerca da inclusão de alunos com deficiência em classes comuns afetam potencialmente as atitudes tomadas durante o processo de escolarização, principalmente, pois definem a crença nas potencialidades ou nas incapacidades desse público especial.

Fundamentação Teórica

Para análise dos tópicos apreciados no artigo, foram revisadas fontes documentais diversas, incluindo-se artigos da literatura nacional e internacional, que serviram como fundamento teórico para a construção deste trabalho. Lero (2010), por exemplo, sinaliza a importância de se viabilizar ações pedagógicas específicas para cada criança, de modo a favorecer programas inclusivos que valorizem o desenvolvimento holístico dos alunos com deficiência em classes comuns. Para Batista (2004), pode-se verificar em pessoas que concebem a sociedade como um fenômeno perfeito, a dificuldade em se aceitar a diversidade em toda a sua essência, apesar da certeza intrínseca de que é impossível atingir a perfeição. Aliás, segundo a autora, esta convicção torna a aceitação da deficiência um processo mais doloroso, gerando segregação que dificulta cada vez mais a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência. Portanto, a inserção de crianças com deficiência em escolas comuns pode ser afetada tanto por problemas estruturais de acessibilidade como por visões pré-concebidas dos professores.

Verifica-se, contudo, que uma das variáveis responsáveis pela modificação efetiva dos processos de inclusão é a mudança das concepções dos educadores em relação aos alunos com algum tipo de deficiência. Nesse contexto, Omote (2006) afirma que o processo de inclusão depende de um redirecionamento do foco do trabalho pedagógico, da pessoa com deficiência para o ambiente educativo. Sendo assim, este autor ressalta que torna-se necessário analisar as condições sociais incapacitadoras que minimizam a participação e as condições igualitárias das pessoas com deficiência nos processos sociais e educacionais.

Silveira e Neves (2006) desenvolveram uma pesquisa com o objetivo de identificar as concepções de pais e professores de crianças com deficiência múltipla em relação à inclusão escolar e social destas. As autoras realizaram entrevistas semiestruturadas com 10 pais e 10 professores, além de observações no ambiente escolar. A pesquisa demonstrou que pais e

professores não acreditam na viabilidade da inclusão dessas crianças, pois concebem o desenvolvimento, das mesmas, inexistente e consideram a escola despreparada para recebê-las. Com isso, pode-se perceber que apesar da inclusão escolar de crianças com deficiência em classes comuns ser um tema de relevância na atualidade, existem paradigmas que ainda interferem potencialmente no relacionamento da escola com o atendimento às diferenças. Os dados dessa pesquisa corroboraram para a reflexão acerca da fragilidade em relação às práticas pedagógicas, decorrentes de concepções relacionadas à incapacidade do processo de aprendizagem do aluno com deficiência.

Monteiro e Manzini (2008) realizaram uma pesquisa com o objetivo de verificarem como as concepções dos professores podem contribuir significativamente para as suas atitudes frente à inclusão do aluno com deficiência em salas de aula comuns. Os autores almejavam identificar possíveis modificações nas concepções dos professores em relação à inclusão, após a entrada de alunos com deficiência, para tanto, trabalharam com 5 professores do ensino comum, que atuavam com pelo menos um aluno com deficiência. Neste sentido, se valeram de três instrumentos de pesquisa, a saber: entrevista não-estruturada, segmento bilateral das informações por intermédio de cadernos de conteúdo e entrevista semiestruturada, ao final do ano. Em relação aos dados coletados, verificou-se que os professores apresentaram receio em relação ao comportamento e à aprendizagem do aluno com deficiência, apesar de serem observadas mudanças em professores com algum tempo de experiência. Em outra classe temática, percebeu-se que os professores demonstraram medo no que diz respeito à diferença acentuada de idade entre alunos com e sem deficiência. Já a terceira classe temática verificou que alguns professores só ficaram sabendo da entrada de alunos com deficiência em suas classes pelo pesquisador, que acompanhou o trabalho durante todo o ano letivo, não havendo nenhum tipo de preparação anterior realizada pela escola (MONTEIRO & MANZINI, 2008).

Buscando maximizar o trabalho de inclusão em escolas comuns Marin e Braun (2013) realizaram uma pesquisa com o objetivo de apresentar a proposta do ensino colaborativo como alternativa de trabalho capaz de favorecer potencialmente a aprendizagem de alunos com deficiência, tendo como base os enfrentamentos impostos pelo contexto educacional e a construção de possíveis intervenções. Para tanto, realizaram uma proposta de ensino colaborativo em uma escola no Município do Rio de Janeiro. Após a implantação do projeto, realizaram avaliações anuais, através de questionários com perguntas abertas, a fim de verificar o andamento da proposta. Sendo assim, como resultado, verificaram que o ensino colaborativo pode viabilizar a aprendizagem de alunos com deficiência, desde que os docentes tenham

clareza de seus papéis de referência e autoridade e busquem, através da autonomia e da autoridade, o aperfeiçoamento contínuo (MARIN & BRAUN, 2013).

A partir das pesquisas realizadas, concluiu-se então, que a simples entrada do aluno com deficiência em classes comuns de ensino, não garante a mudança de concepções nos professores, pois, após um ano de análise apenas algumas transformações foram percebidas, como a mudança do sentimento de medo em relação ao comportamento do aluno com deficiência. Pesquisas sinalizam, conforme verificado anteriormente, que paradigmas sócio-históricos interferem potencialmente nas concepções manifestadas por educadores no processo de inclusão de alunos com deficiência em classes comuns de ensino. Silva (2009) ressalta que aspectos sociais, culturais e econômicos de diferentes períodos históricos direcionam olhares sobre a diferença, favorecendo a segregação, a inclusão ou a integração.

Neste sentido, os resultados das pesquisas revisadas permitiram perceber que apesar do aumento verificado no número de matrículas de alunos com deficiência em classes comuns, as concepções que permeiam o imaginário dos professores acabam por acarretar paradigmas responsáveis por variadas ações pedagógicas, podendo contribuir positivamente ou negativamente para o processo de inclusão desses alunos. Para tanto, em decorrência de inconsistências nos projetos pedagógicos e por desconhecimento ou concepções limitrofes, verificam-se inadequações nas condições físicas e sociais das escolas para a inclusão desse grupo especial.

Percebe-se, ainda, que a concepção desenvolvida no processo sócio-histórico é proveniente de uma interpretação social produzida pela sociedade capitalista que favorece a questão da desigualdade (CARVALHO-FREITAS, 2007). A esse respeito, Carvalho-Freitas (2007) e Pessotti (1984) descrevem processos históricos que envolvem a evolução da concepção sobre deficiência até o século XX, e Sasaki (2003) explicita noções históricas acerca do termo deficiência.

Carvalho-Freitas (2007) define concepções desenvolvidas sócio-historicamente acerca da deficiência, que serão apreciadas neste trabalho, a saber: concepção espiritual; concepção baseada em pressupostos de normalidade e concepção baseada na inclusão. Os fatores contidos nesse instrumento de medida têm a sua origem nas concepções de deficiência proposta pela autora supracitada, a saber: deficiência vista como manifestação espiritual, onde a pessoa com deficiência é concebida como um ser que manifesta fatores divinos, portanto, é condenada à segregação, além de possibilitar aos demais indivíduos a oportunidade de exercer a caridade. Deficiência vista como anormalidade médica, que analisa a pessoa com deficiência como um ser

“anormal” que para ser integrado precisa de tratamento e cura, inclusive, precisando ser posto em setores específicos devido às limitações manifestadas. E a deficiência baseada na possibilidade de inclusão, onde a valorização dos direitos sociais é vista como necessária para favorecer a inclusão da pessoa com deficiência nos diversos espaços sociais, além de se ressaltar a necessidade de se adequar as condições físicas e humanas do ambiente escolar para a inserção desse grupo especial (CARVALHO-FREITAS, 2007).

Em pesquisa realizada por Brite (2017), nas escolas do Município de Duque de Caxias, foi verificada a coexistência de duas concepções acerca da inclusão de alunos com deficiência. Nesta pesquisa foram observados e analisados o trabalho dos professores que atuam com alunos inclusos na Rede Municipal de Duque de Caxias. Os participantes dessa pesquisa eram professores que atuam em sala de aula com alunos inclusos. Para tanto, foram obtidos os cadastros de todas as escolas dos distritos do Município de Duque de Caxias. Em seguida, foram selecionados professores de 2 distritos, representando cerca de 50% do total de escolas da região, utilizando assim, um número significativo de respondentes para o resultado da pesquisa. Além disso, a escolha desse município deveu-se ao grande número de alunos com deficiência incluídos na rede comum de ensino.

Para avaliar a concepção desses professores foi utilizada uma escala atitudinal, do tipo Likert, com perguntas fechadas, adaptada de um Inventário de Concepções de Deficiência (ICD - CARVALHO-FREITAS, 2007). Como o Inventário foi, inicialmente, estruturado para empresas foram realizados os devidos ajustes com autorização da pesquisadora em questão. Com a aplicação do instrumento foi percebida a coexistência das seguintes concepções: a que considera a deficiência como desvio da normalidade e a que está baseada nos pressupostos de inclusão. A concepção espiritual encontrou-se praticamente superada, pois os professores não a revelaram no contexto pesquisado, além disso, verificou-se que as maiores críticas dos professores estão baseadas na falta de estrutura e de apoio técnico para os mesmos nas escolas que abrigam as crianças com deficiência (BRITE, 2017).

Ainda, de acordo com Brite (2017), muitos professores não acreditam na efetividade dos processos inclusionistas por focarem na deficiência e não nas potencialidades do aluno com deficiência, interferindo diretamente nas práticas pedagógicas realizadas em sala de aula. Muitos professores podem usar a falta de apoio técnico e de infraestrutura como uma “desculpa” para a falta de crença nas possibilidades de adaptação no processo ensino-aprendizagem. Verificou-se, assim, a coexistência, em muitos professores, da concepção baseada nos pressupostos de normalidade e da concepção baseada na inclusão indicando o compartilhamento conflituoso de

concepções inclusionistas e exclusionistas, favorecendo a culpabilidade das políticas públicas pelo processo de inclusão malsucedido.

Em muitas escolas as crianças com alguma deficiência, incluídas em classes comuns, ficam separadas em lugares específicos da sala de aula, geralmente, atendidas, devido as suas limitações por cuidadores ou alunos estagiários, por se entender que o professor não pode atender a todos “igualmente” e ao mesmo tempo dar atenção especial a esses alunos. Verificou-se um grande interesse dos professores em obter ajuda para o favorecimento qualitativo do processo de inclusão de alunos com deficiência em classes comuns, devido à grande sensação de incapacidade que muitos enfrentam. Entretanto, o estudo não permitiu a generalização dos resultados da pesquisa e nem viabilizou analisar as repercussões das concepções sobre a efetivação do processo de inclusão indicando estudos futuros. A estruturação de concepções conflituosas geradas pela vontade de se estabelecer a inclusão e a crença na incapacidade de desenvolvimento pedagógico do aluno com deficiência geram desafios para a real inclusão deste educando (BRITE, 2017).

Sendo assim, para Brite (2017), existe convicção de que as adaptações possíveis e necessárias ficam exclusivamente a cargo das políticas públicas e da infraestrutura, retirando da sala de aula essa responsabilidade. Muitos professores alegam não existir formação para atuar com a inclusão sugerindo uma concepção de que a adaptação curricular não é possível sem apoio externo, algo explicitado em observações realizadas pelos docentes pesquisados nos próprios questionários. A pesquisa acerca das concepções dos professores sobre a inclusão de alunos com deficiência em classes comuns tornou-se um estudo produtivo e indicado para futuras investigações, a fim de evidenciar a relação existente entre as concepções sobre as crianças com deficiência e a prática pedagógica desenvolvida em escolas comuns. Para tanto, verifica-se a necessidade de se instituir processos de adaptação curricular e treinamentos para os docentes que atuam com este grupo especial favorecendo o foco nas potencialidades dos alunos com deficiência em não em suas limitações, o que gera uma inserção menos estigmatizada e mais igualitária.

Objetivos

Neste sentido, no presente artigo, foi realizada uma análise acerca de uma pesquisa realizada sobre o processo de adaptação curricular para alunos com deficiências em salas de aula comuns, também no Município de Duque de Caxias.

Material e Métodos

A presente pesquisa realizou-se em duas etapas, onde o procedimento inicial consistiu em selecionar os periódicos da área de Educação, no sistema WebQualis 3, classificados nos estratos indicativos de qualidade A1, A2, B1 e B2. Em seguida, realizou-se a busca pelas revistas selecionadas na base de dados Scielo, pois foram escolhidas para a revisão apenas as revistas disponíveis e de língua portuguesa. Com essa escolha, fez-se a busca pelas palavras-chave: curricular, currículo, deficiência, educação especial e necessidades especiais. Os critérios de seleção dos artigos, após sua busca pelos descritores, foram a publicação no período de 2000 a 2017 e a relação com o tema investigado. Muitos dos textos foram descartados nessa primeira etapa por não estarem relacionados com o campo da Educação – quando, por exemplo, localizou-se um artigo pela palavra-chave deficiência, mas este se referia à deficiência de componente nutricional.

De modo geral, constatou-se que o conteúdo dos artigos selecionados versou sobre a discussão, reflexão e análise de políticas curriculares e educacionais como, por exemplo, reforma educacional, formação de profissionais que atendem crianças com deficiência ou com necessidades educacionais especiais, métodos de gestão do currículo e relatos de experiências de práticas pedagógicas. Em seu conteúdo, os textos mostraram dificuldades ou expuseram alternativas para a adoção de novos modelos de educação que priorizem a flexibilização do ensino, como adequação curricular. A discussão relacionada à promoção de um ensino único para todos os alunos, indistintamente, fundamenta a maioria dos argumentos relacionados à educação inclusiva, entretanto, pouco se anuncia sobre a reorganização de proposições curriculares e/ou práticas de ensino que atendam as demandas educacionais diversificadas.

Há que primeiramente relacionar o conceito de deficiência ao contexto cultural e ao período histórico da sua ocorrência para dele se falar. Na análise da realidade brasileira percebe-se, na atualidade, uma propagação de ações que se dizem inclusivas, por parte do Estado, destinadas às pessoas com deficiência. No entanto, apesar de se constatarem inúmeras conquistas em termos normativos, preceitos e ações excludentes ainda estão presentes nas relações e nos discursos da sociedade, de sorte na compaixão, na benevolência ou ainda embasados no assistencialismo. Destarte, há que se considerar que coadunem com a promoção de condições menos restritivas e mais favoráveis à participação da pessoa com deficiência nas diversas esferas sociais. Nessa direção, percebe-se uma lacuna na consolidação de propostas educacionais curriculares que subsidiem alternativas e procedimentos de ensino capazes de

promover a ascensão acadêmica dos alunos com deficiência, que na maioria das vezes apresentam ritmos e condições diferenciadas dos demais, fato que exigirá dos profissionais da escola a oferta de ajustes curriculares para a efetivação dos princípios das políticas públicas que normatizam a educação inclusiva.

A segunda etapa configurou-se como uma pesquisa exploratória, com análise qualitativa dos dados, conforme descrito a seguir.

Participantes

Para analisar as concepções sócio historicamente instituídas sobre adaptação curricular, que interferem na postura pedagógica dos professores de classes comuns que trabalham com alunos incluídos, foram entrevistados 9 professores de três escolas diferentes do Município de Duque de Caxias. Destes, dois eram do primeiro ano, um do segundo, um do terceiro, um do quarto, um do quinto, um da sala de recursos, um professor itinerante de educação especial e uma secretária escolar readaptada.

Local da Pesquisa

Foram observadas e analisadas as entrevistas dos professores que trabalham com alunos incluídos em três diferentes escolas públicas, todas localizadas no Município de Duque de Caxias, de acordo com os critérios da pesquisa.

Instrumento

Entrevista semiestruturada, se baseou nas seguintes questões norteadoras:

O que você acha da inclusão? Ela é possível?

O que você acha da adaptação curricular? Ela é possível?

Quais as suas maiores dificuldades no processo de adaptação curricular?

Qual o principal apoio que o professor precisa para a efetivação do processo curricular?

Vale ressaltar que para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-

entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Procedimentos

Em primeiro lugar o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil tendo sido aceito segundo o parecer nº 56728416.1.0000.5284. Após a permissão da Secretaria de Educação do Município de Duque de Caxias, foi feito contato com as escolas, porém por dificuldades do momento político vivenciado nas mesmas, apenas em três delas os professores concordaram em participar. Obtida a concordância do professor e assinado o termo de consentimento livre e esclarecido, entrevistadora e entrevistado se encaminharam para uma sala reservada, onde a sós foi realizada a entrevista, em absoluta privacidade e tranquilidade. A entrevista foi gravada e transcrita para posterior análise qualitativa.

Resultados

Avaliaram-se as opiniões dos professores entrevistados em relação às questões levantadas na entrevista. No que se refere à possibilidade de inclusão, obteve-se o resultado apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Professores que reconhecem ou não a possibilidade de inclusão:

SIM	NÃO	COM RESERVAS
1+1		1+1+1+1+1+1+1

Razões para reservas:

1. Despreparo muito grande em termos de infraestrutura e preparação de pessoal com capacitação técnica e aprofundamento em questões relacionadas à aprendizagem da pessoa com deficiência.
2. Existe um abismo entre a lei e a realidade do Município porque vários fatores são necessários para que a inclusão aconteça, como a questão do transporte que é uma coisa básica, a locomoção do aluno para poder frequentar a escola.

3. A importância do mediador estar com o aluno em sala de aula, principalmente, os alunos com autismo, precisam ter alguém mediando e, às vezes, não temos esse profissional.
4. Os professores devem ter um olhar sensível para esse aluno, que é um aluno que vai dar um trabalho extra, porque é necessário um planejamento para ele e, às vezes, ele não tem tempo hábil. As adaptações curriculares para um professor com uma turma de 35/40 também demandam todo um planejamento.
5. Alguns professores alegam que não tem formação específica para isso ou que não estão conseguindo dar conta.
6. Excesso de alunos com deficiência.
7. Alunos com deficiência sem laudo
8. A questão da saúde, também, dificulta muito a questão da inclusão dentro da dentro da escola. Temos dificuldade na inclusão, pois nós não temos apoio necessário!
9. Outro problema é o cuidador, só temos duas para várias crianças na escola.
10. Os alunos chegam ao terceiro ano e ainda não completaram a alfabetização. Tem muitos alunos que estão no início, são pré-silábicos. A turma é mista e ainda tem o aluno incluso.
11. A Inclusão do jeito que ela está acontecendo, está excluindo a grande maioria para se dirigir a uma minoria que vamos dizer são os especiais.
12. Você tem que dar um suporte, os recursos que são necessários para que ele realmente se desenvolva.

Constata-se, portanto, que apenas dois professores são completamente favoráveis à inclusão. Os demais a aceitam teoricamente, porém acham que o processo está malconduzido. Destaca-se que nenhum professor se manifestou como contra.

Sobre a adaptação curricular, os resultados estão na tabela 2.

Tabela 2: Posição dos Professores em relação a adaptação curricular.

A favor	Contra	Com restrições
1+1+1		1+1+1+1+1+1

Justificativas para concordar:

1. É possível e é necessária. Na verdade, no Brasil, precisamos mexer com os alunos, com a forma como é feito o conteúdo do aluno dito normal, então o que dirá de um incluso. Tem conteúdo que você tem que acrescentar detalhes que para os outros talvez não precise. E na adaptação você acaba ajudando o “normal” também, porque você usa mais gravuras,

usa a música, usa cartaz, usa outros recursos que talvez numa turma sem um incluso você não usasse.

2. O professor pode adaptar o currículo ao seu aluno incluso, sempre acreditando que ele irá evoluir.

Razões para restrições:

1. As adaptações dão conta de várias possibilidades como a alteração do tempo, o tipo de estratégia e de atividade realizada, sendo que, atualmente, o maior problema para que a adaptação curricular ocorra, é primeiramente a falta de tempo para o planejamento.
2. A adaptação curricular não pode ser feita na hora, exige um estudo prévio onde o professor conheça o aluno, conheça as dificuldades, as potencialidades e saiba aquilo que ele vai trabalhar, que ele deseja trabalhar com a turma.
3. A falta de uma pessoa que possa apoiar esse professor durante a execução dessa atividade adaptada, porque, na maioria das vezes, precisa de mediação.
4. A adaptação curricular ocorre a partir de uma avaliação inicial desse aluno. Analisar o que ele consegue fazer, e adaptar o currículo dentro da disciplina e dentro também daquilo que ele consegue realizar para que ele avance. Demanda um trabalho, um planejamento maior. Essa adaptação curricular o professor sozinho da turma comum não consegue dar conta. É um trabalho de parceria com o professor da sala de recursos e com a família do aluno porque, às vezes, levamos seis meses ou quase um ano para conseguir entrar no ritmo daquele aluno, porque ele é especial e oscila muito.
5. A adaptação curricular deve ser feita com todos os alunos porque nem todos aprendem da mesma forma. O aluno especial realmente tem o tempo dele, você tem que trabalhar no que aquela criança necessita. Adaptação Curricular a gente vai fazendo de acordo com quem vai trabalhando.
6. Eu faço com o meu aluno, mas do meu jeito, do jeito que sei fazer. Nem sei se estou fazendo certo.
7. O currículo todo teria que ser adequado para que essa inclusão existisse de fato. Seria basicamente, mudar o currículo todo.
8. Eu acho que a adaptação curricular é possível, mas não dentro da nossa realidade, a gente precisaria ter para esses alunos inclusos, pessoas que dessem suporte, um acompanhante. Mas um acompanhe que tivesse uma base Pedagógica, porque não é qualquer pessoa que vai dar o suporte que é realmente necessário, o que é importante.

9. Para cada um deles nós vamos fazer um currículo personalizado, um currículo que vai servir para esse aluno. É ele dentro da possibilidade dele o que ele consegue fazer e o professor dando os recursos necessários, a atenção de sala. O que a gente consegue dele é dentro da possibilidade dele.
10. O problema para a adaptação curricular é o tempo. Nós saímos de uma greve agora em que uma das requisições era um terço de planejamento que não é respeitado. Então, eu tenho que usar o meu tempo de casa que é um tempo em que eu tenho uma outra rotina, porque eu tenho família, eu tenho filho. Mas eu tenho que usar esse tempo para planejar as atividades da turma e dessa criança em específico. O meu maior entrave realmente é o tempo.

Observa-se que nenhum professor é contra a adaptação curricular, sendo que 3 foram completamente a favor, e 6 apresentam restrições. Sendo assim, as maiores dificuldades relatadas pelos professores para a adaptação curricular e necessidades de apoio, pois no relato fizeram as mesmas proposições em relação as duas perguntas norteadoras, são:

1. Falta de tempo para planejamento;
2. Necessidade de ajuda de um profissional especializado;
3. Preocupação excessiva por parte da escola com resultados em detrimento do processo ensino-aprendizagem;
4. Falta de interesse da escola na adaptação curricular dos alunos normais;
5. Mudanças de escola por parte do aluno, o que requer nova adaptação;
6. Falta constante dos alunos com deficiência devido a sua baixa imunidade;
7. Falta de articulação entre os professores;
8. Falta de informação por parte da Instituição;
9. Falta de interesse da Secretaria de Educação em formar os professores para que eles possam dar conta da adaptação curricular;
10. A Secretaria deveria promover cursos;
11. O professor precisa ter o laudo da deficiência daquele aluno para poder se preparar e promover a adaptação curricular;
12. O professor tem que pesquisar por conta própria. Não temos nenhuma estrutura para receber o aluno especial;
13. Os inclusos têm uma maior necessidade de atividades lúdicas, de um tempo maior para entendê-los no sentido de onde queremos chegar. E o tempo deles não é igual ao da grande maioria, então isso já é uma grande dificuldade;

14. A principal dificuldade é você se ver sozinho com esse aluno e com mais um tanto de outros alunos, porque a gente tem turmas que muitas vezes ultrapassam o número de alunos que você pode ter e você é obrigada a trabalhar;
15. O aluno para ser incluso precisa ter alguém junto desse professor para viabilizar. Ou essa pessoa cuida por um tempo da turma toda, para que esse professor possa sentar ao lado desse aluno incluso e fazer aquele acompanhamento individual que ele necessita ou vice e versa, a pessoa faz, com a orientação do professor, esse atendimento enquanto o professor está olhando o restante da turma;
16. As maiores dificuldades são você não tem como programar as dificuldades, você tem que estar preparado para ir em busca de superar cada dificuldade que você vai descobrir com aquele sujeito que chegou;
17. Os inclusos têm uma maior necessidade de atividades lúdicas, de um tempo maior para entendê-los no sentido de onde queremos chegar. E o tempo deles não é igual ao da grande maioria.
18. Turmas grandes e o professor tem que dar conta do aluno incluso e de todos os alunos;
19. Falta de recursos e materiais pedagógicos;
20. A cada ano o tipo de aluno incluso muda, então o professor não consegue se especializar;
21. O professor deveria ter um mediador, isso aí eu acho que é o primordial. Não tem como você falar em inclusão sem mediação;
22. E eu vejo também a questão do planejamento, você tem que ter um planejamento integrado com esse mediador, porque não adianta nada ele chegar aqui e simplesmente dizer hoje você vai dar isso aqui.

Sendo assim, de acordo com as colocações dos docentes verifica-se que concepções restritivas acerca da inclusão podem interferir potencialmente na real efetividade do processo de adaptação curricular para o aluno incluso, gerando sentimento de incapacidade nos docentes e minimizando ações potencializadoras da aprendizagem.

Conclusões

Este trabalho procurou identificar as opiniões, assim como as vivências dos professores que trabalham em escolas comuns com alunos inclusos. E comparou tais opiniões e vivências com aquelas reveladas na pesquisa bibliográfica, no intuito de colaborar para o aperfeiçoamento do processo inclusionista.

Houve aspectos que se destacaram em ambas as pesquisas, como a necessidade de formação continuada dos professores, com foco nas diferentes deficiências com as quais eles irão se defrontar, a questão do profissional de apoio, com formação adequada, a ação potencializadora da sala de recursos e o fato das políticas públicas considerarem o processo inclusionista como algo extremamente simples, minimizando as adaptações necessárias, tanto em nível do profissional como material.

Especificamente na fala dos professores, pode-se identificar queixas muito importantes, a saber: falta de tempo de planejamento o que dificulta um trabalho personalizado de qualidade, ausência total de materiais de apoio, a falta de interesse da Secretaria de Educação em organizar processos de formação continuada para os docentes e a necessidade de se rever holisticamente o currículo e não apenas para o aluno com algum tipo de deficiência, mas para todos os alunos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Verifica-se, assim, a necessidade de se organizar ações efetivas voltadas para a inclusão de alunos com deficiência em classes comuns, entendendo que não basta colocar o aluno na sala junto com o professor, é preciso estabelecer todo um processo de mudança, voltado para o aprimoramento docente, o apoio das políticas públicas, a mudança curricular constante, a busca de profissionais de mediação e a estruturação de materiais de apoio nas escolas.

Sendo assim, sem a busca destas mudanças torna-se muito difícil e até inconsistente a promoção de uma inclusão real que garanta a permanência qualitativa dos alunos com deficiência nas classes comuns. Para tanto, para a estruturação de uma educação que baseie suas práticas na valorização da diversidade e não segregue seus educandos em função de suas diferenças anatômicas, muitas vezes, vistas como limitações, torna-se necessário uma reflexão sistemática acerca dos tópicos analisados nesta pesquisa, de modo a suscitar o desenvolvimento de futuros projetos.

Durante a pesquisa foram percebidos tópicos essenciais para o desenvolvimento de uma proposta de adaptação curricular no Município de Duque de Caxias, entendo que este projeto de pesquisa não tem um fim em si mesmo e que são necessárias novas pesquisas para que a escola comum vivencie o aprimoramento constante desse processo. Como tópicos essenciais percebidos neste artigo, verifica-se:

1. Necessidade de formação continuada do corpo docente para aprimoramento da prática pedagógica no que diz respeito ao processo inclusionista.

2. Atenção das políticas públicas para o processo de inclusão, visto que muitas vezes, verifica-se a minimização do mesmo, entendendo que a simples colocação do aluno com deficiência em classe comum não garante a sua total inserção.
3. Busca de materiais de apoio que possam dar o devido suporte ao trabalho docente.
4. Organização de tempos qualitativos de planejamento, onde o professor possa refletir acerca de possibilidades para o processo inclusionista, tanto com seus pares, como com uma equipe especializada.
5. Formação pedagógica e específica para profissionais que possam atuar como mediadores do processo de inclusão, contribuindo qualitativamente para o trabalho do professor nas classes comuns.
6. Aprimoramento constante do currículo vigente, tendo em vista as diferenças vivenciadas na escola para formação dos educandos com ou sem deficiência.
7. Processos de discussão entre o profissional da sala de recursos e o professor, de modo a buscarem ações reais de construção do processo ensino-aprendizagem para os alunos inclusos.

Diante desta reflexão, vale ressaltar que o cumprimento dos tópicos supracitados não deve ocorrer como algo mecânico ou simplificado, precisa vir acompanhado de intensas reflexões e constantes avaliações, a fim garantir um processo de ensino-aprendizagem, baseado em adaptações curriculares que tenham como foco as potencialidades e a valorização das diferenças e não as limitações percebidas nos educandos. Para tanto, os resultados desta pesquisa poderão contribuir para melhores práticas, baseadas na construção reflexiva e no aprimoramento continuado das ações de inclusão tanto educacional quanto social de alunos com deficiência na rede pública de ensino.

Referências Bibliográficas

- ÁVILA, C. F.; TACHIBANA, M.; VAISBERG, T. M. J. A. **Qual é o Lugar do Aluno com Deficiência? O Imaginário Coletivo de Professores sobre a Inclusão Escolar.** Ano 2008. Disponível em www.scielo.br/paideia. Acesso em Maio de 2012.
- BATISTA, M. W.; ENUMO, S. R. F. Inclusão Escolar e Deficiência Mental: Análise da Interação Social entre Companheiros. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 101-111, 2004.
- BRITE, R. B.; GERK, E. JARDIM, A. C. T. R.; FONSECA, E. S. Concepções de professores sobre inclusão de alunos com deficiência no Ensino Comum no Município de Duque de Caxias. In: **26º Congresso Nacional das APAES.** Natal, 2017.

- BRITE, R. B.; GERK, E. Análise dos Subsídios Essenciais ao Processo de Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência. In: Congresso Nacional de Educação - CONEDU, 2017, João Pessoa. **Anais IV CONEDU**. Paraíba: Editora Realize, 2017. v. 1. p. 1-11.
- BRITE, R. B.; NUNES-SOBRINHO, F. P.; CASTELÕES, D. Concepções de Gestores sobre Pessoas com Deficiência: Trabalhadores de uma Rede de Supermercados. In MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Orgs.). **Das Margens ao Centro: Perspectivas para as Políticas e Práticas Educacionais no Contexto da Educação Especial Inclusiva**. São Paulo: Junqueira & Marin Editores, 2010.
- BUENO, J. G. S. Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a Formação de Professores: Generalistas ou Especialistas. **Rev. Bras. Educ. Espec.**, vol. 3. n.5, p. 7-25, 1999.
- CARVALHO-FREITAS, M. N. Inserção e Gestão do Trabalho de Pessoas com Deficiência: Um Estudo de Caso. **Rev. Adm. Contemp.** v. 13 número especial. Curitiba, 2009.
- CARVALHO, R. E. Panorama Internacional da Integração: Enfoque Nacional. **Revista Integração**, v. 5 n. 11, p. 9-13, 1994.
- CARVALHO-FREITAS, M. N. **A Inserção de Pessoas com Deficiência em Empresas Brasileiras – Um Estudo sobre as Relações entre Concepções de Deficiência, Condições de Trabalho e Qualidade de Vida no Trabalho**. Tese de Doutorado. Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração. Belo Horizonte, 2007.
- DANELON, M. C. T. M. **A Inclusão para Além da Inserção: Uma Proposta de Intervenção de Linguagem Funcional**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação – Proped. Mestrado em Educação, 2003.
- DECRETO Nº 6949 de 25 de agosto de 2009. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d6949.htm. Acesso em Setembro de 2013.
- DECRETO Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em Agosto de 2012.
- DEVINNEY, T. M.; YIP, G. S. e JOHNSON, G. Measuring Organizational Performance: Towards Methodological Best Practice. **Journal of Management**, v. 35 n. 3, p. 718-804, 2009.
- FRANÇA, I. S. X.; PAGLIUCA, L. M. F. Utilitarismo, Pobreza e Desenvolvimento dos Portadores de Deficiência. **Ver. Latino-americana de Enf.**, v. 15, número especial, p. 857-863, 2009.
- GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. Educação Especial no Contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (org.). **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, v. VI). Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2007.
- GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. **Revista Inclusão**, nº 1, 2005, MEC/SEESP.
- JANNUZZI, G. S. M. **A Educação do Deficiente no Brasil: Dos Primórdios ao Início do Século XXI**. 2ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- LERO, D. S. Assessing Inclusion Quality in Early Learning and Child Care In Canada with the SpecialLink Child Care Inclusion Practices Profile and Principles Scale. **Assessing Inclusion Quality in Early Learning and Child Care**, 2010. Acesso em agosto de 2012.

- MONTEIRO, A. P. H.; MANZINI, E. J. Mudanças nas Concepções do Professor do ensino Fundamental em relação à Inclusão após a Entrada de Alunos com Deficiência em sua Classe. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Jan.-Abr. 2008, v.14, n.1, p.35-52.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paul: Summus, 2015.
- MANTOAN, M. T. E. Os Direitos à Diferença na Igualdade dos Direitos: Questões sobre a Inclusão Escolar de Pessoas Com e Sem Deficiências. In: BATISTA, C. A. M. (Coord) **Ética da Inclusão**. Belo Horizonte: Armazém das Idéias, 2004.
- MARIN, M.; BRAUN, P. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. In: GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 49-64.
- MUSIS, C. R.; CARVALHO, S. P. Representações Sociais de Professores acerca do Aluno com Deficiência: a prática educacional e o ideal do ajuste à normalidade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 110, p. 201-217, jan.-mar. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em agosto de 2015.
- NUNES, L. R. d'O. P.; NUNES-SOBRINHO, F. P. III Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Diálogo e Pluralidade, **Anais**, São Paulo, 27 a 29 de agosto 2007.
- OMOTE, S. **Inclusão e a questão das diferenças na educação**. Perspectiva, Florianópolis, v. 24, p. 251-272, 2006.
- PELOSI, M. B.; NUNES, L. R. d'O. P. Caracterização dos Professores Itinerante, suas Ações na Área de Tecnologia Assistiva e seu Papel como Agente de inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.15, n.1, p.141-154, jan.-abr, 2009.
- PESSOTTI, I. **Deficiência Mental: Da Superstição à Ciência**. São Paulo: EDUSP, 1984.
- PLETSCH, M. D. **Repensando a Inclusão Escolar de Pessoas com Deficiência Mental: Diretrizes Políticas, Currículo e Práticas Pedagógicas**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.
- SANTOS, P. F. S.; BARBATO, S. B. Concepções de Professores sobre a Inclusão Escolar de Alunos com Distúrbios Neuromotores. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 245-261, jul./dez. 2006.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. 5ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997, 2002 e 2003. **Rev. Lusófona de Educação**, n.13. Lisboa, 2009. Acesso em agosto de 2012.
- SILVA, M. O. E. Da Exclusão à Inclusão: concepções e práticas. **Revista Lusófona de Educação**. V.13. n.13. Ano 2009. p.135-153.
- SILVEIRA, F. F. S.; NEVES, M. M. B. J. Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: concepções de pais e professores. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** Jan-Abr 2006, Vol. 22 n. 1, pp. 079-088.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>. Acesso em novembro de 2011.